



DESTAQUES DE BRASÍLIA

- Esforço concentrado na CCJ do Senado para aprovar a Reforma Tributária esta semana
- PLP do ICMS: a pressão dos governadores
- Combate à inflação pelo Congresso Nacional
- Reajuste de salário do funcionalismo público
- MME recomenda qualificação da Petrobras no Programa de Parcerias de Investimentos
- Hoje termina o prazo de registro das federações partidárias

Esforço concentrado na CCJ do Senado para aprovar a Reforma Tributária esta semana

A cúpula do Senado quer aproveitar esta semana de "esforço concentrado", quando todos os senadores comparecerão presencialmente à Casa, para tentar **aprovar a reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado**. A matéria está prevista como **primeiro item da pauta do colegiado nesta terça-feira (31)**.

Nesta segunda-feira (30), Rodrigo Pacheco defendeu que a aprovação da reforma tributária contida na [PEC 110/2019](#) é uma medida estrutural mais efetiva para resolver a delicada situação fiscal do país, mas negou a possibilidade de "apressar" a matéria, **garantindo que haverá um trabalho para dirimir dúvidas e ouvir sugestões antes de a PEC ir a plenário**.

A PEC 110 tem como diretriz principal a instituição de um **modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA)**. O IVA Subnacional será composto pelo Imposto de Bens e Serviços (IBS) — resultado da fusão do ICMS (imposto estadual) e do ISS (imposto municipal) — para estados e municípios. Na outra frente, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) unifica tributos federais (IPI, Cofins e Cofins-Importação, PIS e Cide-Combustíveis) arrecadados pela União e formará o IVA Federal.

Na última vez que o tema foi discutido na CCJ, em março deste ano, o relator da proposta, senador Roberto Rocha (PTB-MA), não chegou a um acordo com senadores do MDB, o que dificultou a votação da proposta.

A última versão do texto traz a **possibilidade de recolhimento da CBS separadamente pelas empresas do Simples Nacional**. Na prática, essas empresas poderão transferir créditos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da CBS em montante equivalente ao cobrado por meio do regime unificado. Entre os pontos que mais apresentam divergência está a **preocupação de parte dos senadores da CCJ com relação à compensação para seus estados e regiões e com o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)**. ([Valor](#) / [Agência Senado](#))

PLP do ICMS: a pressão dos governadores

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, o Comsefaz, sinalizou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que os **estados estão dispostos a prorrogar até o final do ano o congelamento do ICMS para combustíveis e, além disso, aplicarem a média móvel da alíquota do ICMS do diesel dos últimos 60 meses** conforme a lei aprovada pelo Congresso e que o governo e o próprio Senado acusam os estados de não terem a aplicado.

Esse recuo se deu pelo medo dos Estados de que o [PLP 18/2022](#) avance no Senado. **Como contrapartida, os secretários do Comsefaz pedem o avanço do PL que estabelece a conta de equalização de preços dos combustíveis.**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), definiu o senador **Fernando Bezerra (MDB-PE) como relator do Projeto no Senado**. Bezerra terá sua primeira reunião com os secretários hoje (31). Participará também o senador Jean Paul Prates (PT-RN), que relatou um outro projeto que criava uma conta de estabilização dos preços. Esse projeto foi aprovado no Senado e está na Câmara, sem data para ser votado.

Pacheco, no entanto, já adiantou que o **Senado não vai demorar para levar o assunto ao plenário**. “[A reunião de hoje] é o início desse diálogo, que não vai durar muito. Vamos buscar muito rapidamente ter uma definição do Senado em relação a esse projeto”. ([Valor](#) / [Agência Brasil](#))

Combate à inflação pelo Congresso Nacional

Faltando menos de 5 meses para as eleições, os deputados e senadores governistas buscam aprovar projetos que possam diminuir o valor da conta de luz e também dos combustíveis. Além do PLP do ICMS, devem constar da pauta desta semana **seis projetos**. São eles:

- [PL 3677/2021](#) - **cria transparência sobre as regras de composição de preços de derivados de petróleo praticados pela Petrobras**. O deputado e líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), disse que o governo tem interesse em aprovar nesta semana.
- [PL 1143/2021](#) - **propõe mecanismos de redução de tarifas de energia elétrica a partir da devolução de impostos cobrados a mais**. O Projeto foi aprovado no Senado em maio de 2021. Desde então estava parado na Câmara. No dia 25/05 a CME - Comissão de Minas e Energia aprovou requerimento de realização de audiência pública, retomando a discussão do tema.
- [PLP 62/2015](#) - **impede a cobrança de ICMS sobre os valores adicionais das bandeiras tarifárias**. Ricardo Barros (PP-PR), no entanto, disse que faltam dados para o PLP avançar.
- **Três projetos de lei** que buscam anular os efeitos dos aumentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Aneel homologou 13 reajustes às distribuidoras que representaram um aumento médio de 17,7% nas tarifas dos consumidores residenciais. O principal motivo para uma alta tão expressiva, muito acima dos 10,06% do IPCA, foram os gastos que as distribuidoras de energia tiveram com a aquisição de combustíveis para acionamento de usinas termelétricas no ano passado, por conta da escassez hídrica.

No início do mês, o deputado Domingos Neto (PSD-CE) apresentou um projeto de **decreto legislativo propondo a suspensão do reajuste tarifário deste ano da Enel Ceará**.

Com receio de um efeito de contaminação, a Aneel aprovou a prorrogação, por 15 dias, das tarifas atuais aplicadas pela Cemig. Com a decisão, o reajuste que deveria valer a partir de 28 de maio foi adiado para a aplicação de medidas que possam amenizar os efeitos nas contas de luz.

O governo federal informou à agência, em ofício no dia 23 de maio, que o aporte inicial de R\$ 5 bilhões da privatização da Eletrobras para mitigar os valores das tarifas, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), deve ocorrer até o final de julho.

Reajuste de salário do funcionalismo público

Na semana passada, o governo decidiu **eleva o tamanho do corte no Orçamento deste ano para acomodar um reajuste para os servidores federais**. Após o anúncio de uma tesourada de R\$ 8,2 bilhões, o valor deve subir para **R\$ 13,5 bilhões**. As pastas mais atingidas pelo bloqueio de recursos devem ser Educação, Ciência e Tecnologia e Saúde. Esse movimento vem em linha com a **proposta de conceder um aumento de 5% de forma linear**. Ontem (30) Bolsonaro afirmou que *"nós somos escravos da lei. Não vamos buscar alternativas, subterfúgios ou incorrer em crime de responsabilidade para atender quem quer que seja. Reconhecemos o trabalho de todos os servidores, aqui a PRF, a PF e tantos outros, mas no momento está bastante complicada a situação"*. ([Folha](#))

MME recomenda qualificação da Petrobras no Programa de Parcerias de Investimentos

O Ministério de Minas e Energia (MME) informou, nesta segunda-feira (30), que formalizou ao Ministério da Economia, o pedido de inclusão da Petrobras na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

A qualificação da Petrobras no PPI tem como objetivo dar **início aos estudos para a proposição de ações necessárias à desestatização da empresa**, os quais serão produzidos por um comitê interministerial a ser instituído entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Economia. ([CNN](#))

Hoje termina o prazo de registro das federações partidárias

Termina nesta terça-feira (31) o prazo para os partidos registrarem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a formação de federações partidárias com o objetivo de participar das eleições de 2022. Até o momento três federações já foram apresentadas:

Federação	Partidos	Número de Deputados	Pré-candidato à Presidência
Brasil da Esperança	PT, PCdoB e PV	PT (56), PCdoB (8) e PV (4)	Lula (PT)
PSDB-Cidadania	PSDB e Cidadania	PSDB (21) e Cidadania (6)	Indefinido
PSOL-Rede	PSOL e Rede	PSOL (8)	Lula (PT)

(CNN)

As informações contidas neste material têm caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão de alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da Órama Investimentos, incluindo agentes autônomos e clientes, podendo também ser divulgado no site e/ou em outros meios de comunicação da Órama. Fica proibida sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Órama.